

AUSÊNCIA DE XI JINPING NA CÚPULA DOS BRICS: UM SILÊNCIO REVELADOR

Por Olivier d'Auzon*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A ausência de Xi Jinping na cúpula do BRICS no Rio revela tensões sino-indianas e o reequilíbrio da diplomacia brasileira por Lula, expondo as complexas e mutáveis dinâmicas internas do Sul Global.

As principais relações internacionais são construídas tanto com base em palavras quanto em silêncios. E às vezes, nas ausências. O discurso de Xi Jinping na cúpula do BRICS no Rio de Janeiro não passou despercebido. Pela primeira vez desde a fundação do grupo em 2009, o presidente chinês não compareceu ao evento, nem pessoalmente nem por videoconferência. Uma evasão diplomática que, longe de ser insignificante, diz muito sobre as novas tensões e recomposições que varrem o Sul Global.

Oficialmente, a China citou uma agenda lotada e repetidas reuniões bilaterais com o presidente brasileiro Lula da Silva, com quem se encontrou duas vezes em menos de um ano. Extraoficialmente, tudo indica que Pequim não gostou da acolhida dada a outro membro do clube: o primeiro-ministro indiano Narendra Modi. Este último, visitando o Brasil pela primeira vez em mais de 50 anos, foi recebido com honras de visita de Estado e um jantar oficial oferecido pelo próprio Lula. Um gesto forte, quase provocativo, no contexto de uma rivalidade sino-indiana que nem as cúpulas nem as fórmulas diplomáticas conseguiram realmente apaziguar.

PEQUIM EVITA JOGAR COMO FIGURANTE

Por trás dessa retirada, uma linha estratégica clara está emergindo. Xi não queria aparecer como ator secundário em uma reunião onde o primeiro-ministro indiano era, na verdade, a figura de proa. A Índia está se afirmando, nos BRICS e em outros lugares, como potência autônoma, cortejada por Washington, ouvida em Moscou, respeitada em Pretória. Longe do alinhamento automático, ela cultiva uma diplomacia do meio-termo, oscilando entre alianças táticas e demandas por independência.

No entanto, para Pequim, essa crescente visibilidade da Índia é uma fonte de tensão. A rivalidade estratégica entre os dois gigantes asiáticos é antiga: ela acontece nas fronteiras do Himalaia, nos oceanos e em fóruns multilaterais. Pequim suspeita que Nova Délhi esteja explorando os BRICS para ganhar mais influência na arquitetura do Sul Global, enquanto a Índia vê a China como uma parceira incômoda, às vezes dominadora e frequentemente alinhada aos interesses russos ou iranianos em seu detrimento.

Nesse contexto, a decisão de Xi Jinping de não ir ao Rio assume todo o seu significado. Não se trata de falta de interesse nos BRICS — a China continua investindo lá diplomaticamente e economicamente —, mas de uma recusa em assumir um papel secundário em uma peça na qual ainda se considera líder.

LULA REDESENHA O EQUILÍBRIO

Mas além da relação bilateral sino-indiana, é o jogo de Lula da Silva que merece atenção. Desde que retornou ao poder, o presidente brasileiro tem trabalhado para restaurar a posição internacional de seu país. Ele quer ser a voz do Sul global, defensor de uma ordem mundial mais justa, menos polarizada, menos dominada pela dupla Pequim-Washington. Nessa perspectiva, a Índia representa um parceiro de escolha.

Ao oferecer a Modi a cortesia de uma visita de Estado, Lula está enviando um sinal claro: o Brasil não quer mais ser objeto de rivalidade entre grandes potências, mas um ator autônomo capaz de redefinir suas alianças. Historicamente oscilando entre China e Estados Unidos, Brasília agora busca ampliar o espectro. Com a Índia, encontra um parceiro do Sul que compartilha certos valores democráticos, que não tem ambições imperiais na América Latina e cuja diplomacia permanece flexível, adaptável e não intrusiva.

Essa escolha também não é isenta de cálculos internos. Lula, visto como próximo do governo Biden, sabe que precisa lidar com um público brasileiro cada vez mais sensível à ascensão da China em seu território — seja em telecomunicações, terras agrícolas ou portos. Ao se aproximar da Índia, ele sutilmente reequilibra sua posição e ganha espaço de manobra. Não é um alinhamento, é uma abertura.

BRICS: UM EQUILÍBRIO CADA VEZ MAIS INSTÁVEL

Este episódio também revela as crescentes tensões dentro do próprio BRICS. Longe da imagem de um grupo coeso de países emergentes unidos pelo desejo de reformar o sistema internacional, a aliança aparece cada vez mais como um agregado heterogêneo de potências com interesses às vezes contraditórios.

A China domina em peso econômico. A Índia está brilhando com seu crescimento demográfico e tecnológico. O Brasil quer bancar o árbitro. A África do Sul e a Rússia consideram que é, acima de tudo, uma forma de existir diplomaticamente. E por trás da aparência de consenso, as rivalidades estão se intensificando.

A ausência de Xi Jinping, por mais tática que seja, tem, portanto, efeitos muito concretos. Isso enfraquece temporariamente a centralidade chinesa dentro do grupo. Reforça a imagem de um Modi capaz de dialogar com todos. E permite que Lula nos lembre que o Brasil não é um quintal e nem uma peça de xadrez entre Washington e Pequim.

Esta cúpula do BRICS no Rio marcou um ponto de virada silencioso, mas significativo. A recusa de Xi em participar, longe de ser insignificante, ressalta a crescente complexidade das relações Sul-Sul. O Sul Global não é mais um bloco homogêneo. É um campo de forças mutáveis, onde equilíbrios são criados e desfeitos de acordo com alianças, percepções e símbolos.

Neste novo mundo, os silêncios diplomáticos falam tanto quanto as declarações. E a ausência de Xi no Rio de Janeiro permanecerá, sem dúvida, um marco importante na reconfiguração da multipolaridade global.

Publicado no [Le Diplomate.Média](#).

****Olivier d'Auzon** é consultor jurídico da ONU e conselheiro de Segurança Marítima e especialista jurídico em transporte da União Europeia e Banco Mundial. É pós-graduado em Estudos de Energia Marítima na Lloyd's World Maritime Academy, mestre em Direito Privado, Contratual e Empresarial pela Université Panthéon Assas (Paris II) e possui doutorado em Transporte e Distribuição Internacional e Transporte Aéreo e Marítimo pela Université Panthéon Sorbonne (Paris I).*
